



Determinação dos Spreads bancários no Brasil: há diferenças entre bancos públicos e privados?

João Castro*, Ana R. R. de M. Sarti.

Resumo

O impacto da crise de 2008 rearranjou os papéis exercidos pelos bancos públicos no Brasil. A adoção em um primeiro momento de políticas anticíclicas e depois de políticas de incentivo à atividade econômica elevou a importância dos bancos públicos, que alargaram sua participação no mercado. Em 2012, os encarregados da política econômica, em meio a esse contexto, induziram a diminuição dos preços dos spreads dos bancos públicos, tendo em vista os elevados níveis de spreads bancários cobrados e o processo de diminuição da taxa Selic. A partir de 2015, contudo, esse cenário se inverte e a intervenção governamental se reduz. O objetivo deste estudo é discutir os spreads bancários, na tentativa de entender em que grau há diferenças entre bancos públicos privados em sua determinação.

Palavras-chave:

spreads, bancos públicos, bancos privados.

Introdução

A primeira década do século XXI foi marcada pela emergência de um fluxo ininterrupto de crescimento do crédito, principalmente após 2003, durante o primeiro governo Lula. No período de março de 2003 a dezembro de 2008, a relação entre o crédito e o Produto Interno Bruto (PIB) ascendeu de 25,3% a 40,5%, sendo que em 2011 atingiria um nível recorde de 49%. A economia global estava aquecida, houve uma expansão da demanda por empréstimos causada pelas expectativas favoráveis e pela necessidade de aquisição de bens duráveis. Neste ciclo de expansão de crédito, o crédito corporativo registrou um crescimento maior que o crédito individual, mesmo com o fortalecimento da garantia de pagamento (“*low risk of default*”) proveniente do crédito consignado e sua maior popularidade no período¹.

Os bancos públicos federais, a partir da crise de 2008, passaram a ocupar maiores porções do mercado financeiro. Imbuídos de políticas públicas mais ativas, suas estratégias foram pautadas na concessão de crédito num período de retração do setor privado e se tornaram fundamentais para a sustentação da economia brasileira a partir de 2008 até a irrupção da austeridade da política macroeconômica a partir de 2014. O atual trabalho procura estudar o comportamento e a importância dos spreads bancários brasileiros, bem como comparar sua evolução no setor público e privado, uma vez que, como observado anteriormente, o combate à crise teve como consequência a possibilidade de diminuição dos preços dos spreads do setor público em contraposição à forma como o setor privado foi administrado, ou seja, levando em conta a perda da posição de liderança dos bancos privados no SFN no período de crise, bem como o recuo na participação governamental após 2015.

Resultados e Discussão

O papel dos bancos públicos e privados é por muitas vezes tomado como controverso nos debates econômicos, ainda mais naqueles travados na mídia especializada. Enquanto que os bancos privados

funcionam de acordo com uma lógica empresarial corporativa em que se busca constantemente eficiência nas operações de valorização do capital, os bancos públicos podem servir de instrumento de política socioeconômica, já que, por exemplo, a nomeação dos presidentes desses bancos é feita pelo Ministério da Economia, de maneira que a gestão dessas instituições pode estar em alinhamento com a linhagem de pensamento dos governantes.

O Relatório de Economia Bancária (REB) de 2017 publicado em meados de 2018 pelo BCB é o documento mais recente desde sua última versão, o REB de 2014. Este apresenta a mais recente metodologia para o cálculo dos spreads. A partir do Indicador do Custo de Crédito (ICC), que estima o custo médio, sob a ótica do tomador, das operações de crédito ainda em aberto no sistema, independentemente da data de contratação do crédito, calcula-se o spread excluindo-se a parcela correspondente ao “custo de captação” e deixando-se de fora os efeitos das condições de mercado relacionadas ao custo de captação de recursos, como o nível da taxa de juros do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic).

Conclusões

A diferença entre os bancos públicos e privados reside no fator de aplicação dos recursos de crédito. Mesmo que os mecanismos de determinação do spread se apliquem de forma igual para ambas as categorias, os bancos públicos podem servir, estruturalmente, como ferramenta de diminuição do spread bancário. Isso se mostrou factível no período de fortalecimento dos bancos públicos entre o final de 2008 e 2014. Porém, para que esse ferramental seja eficiente, existem condições fundamentais necessárias no sentido de desobstruir o caminho de uma política pública focalizada no setor de crédito.

Agradecimentos

Ao CNPq, pelo incentivo à pesquisa via PIBIC, e a todos que direta ou indiretamente fizeram parte da minha formação, o meu muito obrigado.

¹DEOS, S. et al. Public Banks in the Age of Financialization: A Comparative Perspective. Cheltenham: Edward Elgar Publishing Limited, 2017. 257 p.